

Assembleias reafirmam insatisfação com reajuste restrito. Fórum lança abaixo-assinado pela retomada das negociações na data-base 2025

A rodada de assembleias de base que as entidades realizaram logo após a segunda reunião com o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), em 26/5, reafirmou o sentimento que já havia sido constatado nas categorias pelo Fórum das Seis: insatisfação com o limitado reajuste salarial na data-base 2025. O índice de 5,51% – praticamente a inflação dos últimos 12 meses – não trouxe qualquer avanço em relação à reposição das perdas anteriores.

Na reunião, o Fórum ainda chegou a apresentar a contraproposta de que o reajuste ficasse em 8%, que significaria a inflação do ano + uma pequena reposição de perdas, o que simbolizaria a disposição dos reitores diante da reivindicação de volta ao poder de compra que tínhamos em maio/2012. Ressalte-se que os 8% levam em conta a previsão mais pessimista dos técnicos do Cruesp para a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) em 2025, de R\$ 177 bi. Se terminar nesse patamar, o ICMS terá um crescimento de 7,2% em relação a 2024. Se os R\$ 181,8 bi previstos pela Secretaria da Fazenda forem alcançados, “caberia” um reajuste salarial de 10,8% nesta data-base.

As assembleias também reafirmaram as críticas à postura dos reitores que, ato contínuo à reunião de 26/5, na qual recusaram-se a negociar, anunciaram aumentos nos vales: na USP, o VA foi de R\$ 1.290,00 para R\$ 1.950,00 (o vale refeição atual é de R\$ 45,00, totalizando em média R\$ 980,00 mês);



Manifestantes durante a negociação entre Cruesp e Fórum das Seis, em 19/5/2025, na Unicamp

na Unicamp, o vale refeição passou de R\$ 40,00 para R\$ 43,00 (o valor médio mensal foi de R\$ 880,00 para R\$ 946,00), sendo que o VA já estava em R\$ 1.950,00 desde janeiro/2025; na

Unesp, o vale alimentação foi de R\$ 1.502,00 para R\$ 2.000,00, a ser referendado na sessão do Conselho Universitário em junho (não há vale refeição na Unesp).

Categorias querem avanços: Participe do abaixo-assinado

Reunido em 6/6, o Fórum das Seis avaliou o retorno das assembleias e, diante da necessidade de fortalecer a mobilização, acatou a proposta de criar mecanismos de pressão sobre os reitores, com vistas à retomada das negociações ainda nesta data-base. Por meio de um abaixo-assinado virtual, vamos reivindicar:

- 1 – a manutenção do diálogo e das negociações no âmbito da data-base 2025;
- 2 – a constituição do Grupo de Trabalho (GT) Permanência Estudantil e sua efetiva funcionalidade para construção de uma política única nas três Universidades Estaduais Paulistas;
- 3 – o agendamento dos trabalhos do GT Previdência entre Fórum das Seis e Cruesp.

Para assinar, entre em <https://forms.gle/CtpKX5tUfZmUZyxt5>
O Forms estará aberto até 15/7/2025.



Defesa dos recursos para as universidades e o Ceeteps

Fórum das Seis apresenta emendas à LDO/2026 e estimula debate sobre os impactos da reforma tributária

Como faz todos os anos, o Fórum das Seis apresentou propostas de emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO/2026), em tramitação na Alesp. Trata-se do projeto de lei (PL) 412/2025, contendo as propostas do Executivo para os recursos que cada setor do estado receberá no orçamento do próximo ano, entre eles as universidades estaduais paulistas e o Centro Paula Souza.

Também como ocorreu nos anos anteriores, o projeto enviado pelo governo mantém para as universidades o patamar de 9,57% da quota-parte do estado no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS-QPE), mas não traz a expressão “no mínimo”. Vale lembrar que, a partir do início dos anos 2000, as universidades estaduais passaram por uma expressiva expansão de vagas, cursos e *campi*, mas em nenhum momento o percentual de repasse de recursos foi alterado, apesar das muitas promessas feitas pelo governo.

A reivindicação do Fórum na LDO/2026 é de aumento de recursos: há emendas prevendo alíquotas de 10% até 11,6% do ICMS-QPE, sempre sobre o “total do produto”, com o objetivo de evitar o sequestro de recursos na nossa base de cálculo.

Para o Centro Paula Souza (Ceeteps), autarquia pública estadual que mantém as escolas técnicas (ETEC) e faculdades de tecnologia (FATEC), mais uma vez não há dotação fixa prevista (o governador define a cada ano o quanto quer destinar ao órgão). As emendas do Fórum pleiteiam a dotação de 3,3% do total do produto do ICMS-QPE.

Para o conjunto da educação pública, o pleito é de 33% do total de receitas do estado.

As emendas do Fórum foram protocoladas por parlamentares do PT, do PSOL, do Pcdob e da Rede. O PL 412/2025 encontra-se na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP) e já tem relatora definida – a deputada Solange Freitas, do União Brasil – a quem caberá fazer o relatório final a ser votado no plenário da Alesp. O prazo para isso é final de junho. O Fórum das Seis solicitou reunião com a deputada, para discussão das emendas apresentadas.



Manifestação durante a negociação em 19/5/2025, na Unicamp: Financiamento é questão central na Pauta Unificada do Fórum das Seis

Emenda nova: Reforma tributária na mira

Uma das emendas apresentadas pelo Fórum das Seis à LDO/2026 estabelece os valores dos orçamentos das universidades estaduais para 2026 em no mínimo 8,64% da Receita Tributária Líquida (RTL) do estado.

A proposta leva em conta o fato de que, com a reforma tributária em curso, o ICMS será gradualmente extinto, tornando necessário repensar a base de cálculo dos repasses destinados às universidades estaduais. Para chegar a ela, o GT Verbas da Adusp/Fórum das Seis fez uma análise histórica do período entre 2012 e 2022, concluindo que o ICMS-QPE corresponde, em média, a 86,38% da RTL do estado. A adoção da RTL como nova base de cálculo permitirá que os repasses às universidades acompanhem de forma mais precisa a arrecadação efetiva, ajustando-se automaticamente às variações fiscais.

Essa mudança é fundamental diante da transição para o novo modelo tributário, que substituirá o ICMS pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Embora a implantação do novo modelo vá ser progressiva – o IBS será instituído a partir de 2026, com uma alíquota de 0,1% estadual, percentual que irá subindo até a extinção total do ICMS em 2033 – o Fórum conside-

ra importante iniciar o debate agora.

Mais do que técnica, a discussão é política. A mudança terá que ser discutida com o governo Tarcísio de Freitas, que não esconde seu descontentamento com a autonomia das estaduais paulistas, e com os/as parlamentares da Alesp. A comunidade acadêmica precisa estar atenta e pronta para se mobilizar em defesa da garantia de financiamento adequado.

Papel do Cruesp

O Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) montou um grupo de trabalho próprio para estudar os impactos da reforma tributária, que entregou seus resultados em 2024. O GT do Cruesp apresentou a proposta de substituição dos 9,57% do ICMS-QPE pelo índice de 8,63% da Receita Tributária Líquida (RTL) do estado. A proposição, no entanto, foi pouco divulgada.

Considerando o fato de que ambas as propostas – a defendida pelo Fórum das Seis e a elaborada pelo GT do Cruesp – são praticamente idênticas, as entidades sindicais conclamaram os reitores, em várias ocasiões, a uma ação conjunta, o que não foi aceito.

É preciso que os reitores defendam publicamente, de forma coesa, a proposta do GT que eles mesmos criaram. É o futuro das universidades que está em jogo.